



Universidade
Estadual da
Paraíba



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA E MULTIDISCIPLINAR



RESIDENTE MULTIDISCIPLINAR SERVIÇO SOCIAL

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

**A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça
à justiça por toda parte.**

INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, sendo de Conhecimentos Específicos em Serviço Social de 1 a 50.
2. Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
3. Confira seus dados na Folha de Respostas com os dados do Cartão de Inscrição.
4. Esta Prova tem duração de 4 (quatro) horas. Não é permitida a saída do candidato antes de transcorridas 2 (duas) horas completas, sob pena de eliminação.
5. É vedado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
6. Certifique-se de que assinou a lista de presença e que preencheu adequadamente todos os espaços da Folha de Respostas.
7. Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, sob pena de eliminação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1ª QUESTÃO

A profissão de Serviço Social, caracterizada pela formação acadêmica generalista, insere-se em diversas áreas das políticas públicas, dentre as quais se destaca o campo sociojurídico como uma importante possibilidade de exercício profissional.

Sobre o Serviço Social no campo sociojurídico, é marque a alternativa CORRETA.

- a) A atuação do Serviço Social no campo sociojurídico ocorreu, exclusivamente, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- b) A incorporação do Serviço Social no campo de atuação sociojurídico, no Brasil, surge a partir dos anos de 1960, de maneira incipiente e vinculada às demandas institucionais da época.
- c) A inserção do Serviço Social no campo sociojurídico se limita a intervenções relacionadas a funções administrativas.
- d) A expansão do Serviço Social no campo sociojurídico, após sua inserção no Poder Judiciário, ocorreu antes da Constituição Federal de 1988, passando a atuar em outras instituições do sistema de justiça.
- e) A relação do Serviço Social com o campo sociojurídico acompanha a institucionalização da profissão, sendo o Juízo de Menores do Rio de Janeiro um dos primeiros espaços de atuação no setor público.

2ª QUESTÃO

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2014) analisa o desenvolvimento da inserção do Serviço Social na área sociojurídica. Dentre as suas reflexões, a publicação aponta que o uso do termo “sociojurídico”:

- I- Foi adotado para designar, exclusivamente, os serviços e programas da política de assistência social executados nas instituições do sistema de justiça brasileiro, restringindo-se às práticas vinculadas a essa política pública.
- II- Evidencia a posição ocupada pelo Serviço Social brasileiro nesse espaço sócio-ocupacional, após seu redirecionamento ético-político, comprometido com a análise da realidade social em sua totalidade e contradições.
- III- É recente no contexto do Serviço Social brasileiro, tendo sido difundido a partir de 2001, através da iniciativa da Editora Cortez, com a publicação de uma edição da Revista Serviço Social & Sociedade, com produções sobre a atuação no Poder Judiciário e no sistema penitenciário.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) II e III, apenas.

3ª QUESTÃO

O sistema de justiça brasileiro é composto por um conjunto de instituições responsáveis pela garantia de direitos, aplicação das leis e mediação de conflitos sociais. De acordo com o CFESS (2014), são espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais, no âmbito sociojurídico ou que possuem interfaces com ele:

- a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Ministério Público, Defensoria Pública, execução penal e sistema prisional, sistema de segurança pública, Poder Judiciário, programas na área de políticas públicas de segurança e execução de medidas socioeducativas.
- b) Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Conselho Nacional de Justiça, sistema de segurança pública, sistema prisional, execução penal, execução de medidas socioeducativas e serviço de acolhimento institucional/familiar.
- c) Execução penal e sistema prisional, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sistema de segurança pública, Ministério Público, execução de medidas socioeducativas, serviço de acolhimento institucional/familiar, Poder Judiciário e Defensoria Pública.
- d) Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, execução penal e sistema prisional, execução de medidas socioeducativas, sistema de segurança pública, programas na área de políticas públicas de segurança e serviço de acolhimento institucional/familiar.
- e) Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sistema de segurança pública, execução de medidas socioeducativas, programas na área de políticas públicas de segurança e serviço de acolhimento institucional/familiar.

4ª QUESTÃO

A Lei 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social no Brasil, constitui fundamento para o exercício dos(as) assistentes sociais. Sobre essa legislação, pode-se afirmar que ela:

- I- organiza e estrutura o sistema de fiscalização e representação por meio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).
- II- indica a possibilidade de registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), recomendando sua realização para o exercício profissional.
- III- estabelece as bases legais para o exercício profissional do(a) assistente social no Brasil, prevendo jornada de trabalho de 40 horas semanais.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

5ª QUESTÃO

A Lei nº 8.662, de 1993, define as atribuições privativas dos(as) assistentes sociais, conferindo fundamento legal para atividades desenvolvidas na esfera sociojurídica, tais como:

- a) realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres no âmbito de sua competência profissional.
- b) execução de perícias técnicas, elaboração de laudos periciais e aplicação de sanções legais no campo judicial.
- c) acompanhamento de casos, elaboração de laudos periciais e condução de audiências judiciais, quando demandado pelas instituições competentes.
- d) prestação de informações, produção de pareceres no âmbito de sua competência profissional, encaminhamento de providências e orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- e) emissão de laudos periciais, realização de vistorias e definição de medidas judiciais a serem aplicadas aos(às) usuários(as).

6ª QUESTÃO

Com base no contexto profissional atual do exercício do(a) assistente social no campo sociojurídico, analise as assertivas a seguir.

- I- A atividade do(a) assistente social no campo sociojurídico requerem, de forma imprescindível, o enfrentamento à criminalização da pobreza e à judicialização das expressões da questão social.
- II- A atuação do(a) assistente social no campo sociojurídico ocorre sem tensões institucionais, uma vez que o Estado não intervém pelo viés de controle das problemáticas sociais e individuais.
- III- O exercício do(a) assistente social no campo sociojurídico é atravessado pela ocorrência de contratação de peritos para a realização de avaliações, abrindo espaço para terceirização desse serviço.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

7ª QUESTÃO

Na atualidade, as requisições conservadoras postas ao Serviço Social na área sociojurídica são múltiplas, complexas e desafiadoras (FÁVERO, 2018).

Fonte: FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 131, p. 51–74, jan./abr. 2018.

Entre as requisições conservadoras citadas pela autora, podem ser mencionadas:

- I- Exercício profissional, em parceria com a política de assistência social, para seleção e distribuição de cestas básicas com gêneros alimentícios aos(às) usuários(as) carentes.
- II- Participação na inquirição de crianças e adolescentes, como no denominado depoimento especial, anteriormente chamado de “Depoimento sem Dano”.
- III- Atuação profissional como instrumento de produção de prova judicial, na qual o(a) assistente social é requisitado(a) a subsidiar decisões judiciais por meio da coleta e sistematização de informações.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

8ª QUESTÃO

A respeito da atuação do Serviço Social no processo de adoção, é CORRETO afirmar que o(a) assistente social:

- a) desempenha papel fundamental na avaliação das condições sociais e econômicas dos pretendentes à adoção.
- b) atua, apenas, na etapa final, sendo responsável, exclusivamente, pela elaboração do parecer conclusivo entregue ao juiz.
- c) limita-se ao preenchimento de documentos administrativos, sem envolvimento direto com as famílias e crianças.
- d) deixa de realizar visitas domiciliares e acompanhamento após a inserção da criança na família adotiva.
- e) oferece suporte à família pretendente. Entretanto, não pode orientá-la sobre os trâmites do processo judicial.

9ª QUESTÃO

A instrumentalidade no Serviço Social constitui um aspecto fundamental para a compreensão e análise do exercício profissional em suas diversas áreas, incluindo a sociojurídica. Com base nas contribuições teóricas de Yolanda Guerra (2000) sobre essa temática, analise as assertivas.

- I- A instrumentalidade não se reduz à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional. Ainda que a reflexão sobre os instrumentos e técnicas componha o plano técnico-operativo, a instrumentalidade envolve, também, as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que orientam a profissão.
- II- A instrumentalidade constitui-se como uma categoria sócio-histórica, construída ao longo do desenvolvimento da profissão, que expressa a capacidade do Serviço Social de materializar sua intencionalidade na realidade social.
- III- A instrumentalidade no Serviço Social diz respeito, unicamente, à reflexão sobre os instrumentos e técnicas utilizadas no exercício profissional do(a) assistente social, sendo essa uma formulação conceitualmente completa.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

10ª QUESTÃO

O conjunto de instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional do(a) assistente social no campo sociojurídico pode ser compreendido como:

- a) ferramentas exclusivas de coleta de dados e de informações acerca dos(as) usuários(as).
- b) recursos articulados, apenas, às dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão.
- c) mediações do trabalho profissional que possibilitam a apreensão e intervenção no contexto social.
- d) meios secundários para a materialização de direitos no campo sociojurídico.
- e) expressões da instrumentalidade do Serviço Social sem fundamento no seu projeto ético-político.

11ª QUESTÃO

Segundo Fávero (2014), o estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, constituindo-se como um instrumento fundamental no trabalho do(a) assistente social que atua no sistema judiciário.

Fonte: FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no Judiciário, no sistema penitenciário e na Previdência Social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13-64.

À luz das reflexões da autora, analise as assertivas abaixo.

- I- O estudo social no Judiciário tem por finalidade conhecer, com profundidade e de forma acrítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, exclusivamente, nos seus aspectos socioeconômicos.
- II- Na realização do estudo social, o profissional de Serviço Social do sistema judiciário pauta-se, apenas, pelo que é expresso verbalmente pelos sujeitos envolvidos, ou seja, se orienta em sua análise, unicamente, pelo que é falado oficialmente pelas partes, objeto da ação.
- III- A solicitação ou determinação para que o estudo social seja executado ocorre, unicamente, aos assistentes sociais servidores do Poder Judiciário ou a profissionais de organizações que, de alguma forma, estabelecem interfaces com a instituição judiciária.
- IV- Os conhecimentos acumulados por meio de intervenção profissional e da pesquisa permitem afirmar que o modelo de abordagem individual do estudo social direcionou o trabalho do(a) assistente social na instituição judiciária ao longo de sua história.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, III e IV.
- b) IV.
- c) I.
- d) II.
- e) II e III.

12ª QUESTÃO

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2014), sobre o estudo social no Serviço Social, marque a alternativa CORRETA.

- a) Consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos que permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação.
- b) Constitui-se como um instrumento técnico-operativo importante, que se limita à descrição de informações sobre a realidade dos(as) usuários(as).
- c) Deve ser realizado de forma desvinculada de posicionamentos ético-políticos, a fim de garantir sua objetividade.
- d) Prescinde de fundamentação teórico-metodológica, sendo suficiente a experiência prática do(a) assistente social.
- e) Prioriza a responsabilização individual dos sujeitos, especialmente das famílias, como forma de orientar a intervenção profissional.

13ª QUESTÃO

O texto “Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos” de Gerber (2019) discute a utilização dos instrumentos técnico-operativos no exercício profissional do(a) assistente social, dentre eles o relatório social.

Fonte: GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

Segundo a autora, o relatório constitui-se como um instrumento que:

- a) expressa, predominantemente, um posicionamento técnico, com menor ênfase na análise profissional.
- b) subsidia a tomada de decisões institucionais, a partir da análise fundamentada da realidade.
- c) apresenta, em geral, a descrição dos fatos sem, necessariamente, realizar investigação anterior.
- d) orienta-se por critérios institucionais, podendo flexibilizar o compromisso com a observância de direitos.
- e) mostra rigor técnico de forma secundária, priorizando a agilidade na produção dos documentos.

14ª QUESTÃO

“(…) É utilizado no meio Judiciário como mais um elemento de “prova”, com a finalidade de dar suporte à decisão judicial, a partir de uma determinada área do conhecimento, no caso, o Serviço Social. Seu conteúdo, na maioria das vezes, contribui para a formação de um juízo por parte do magistrado, isto é, para que ele tenha elementos que possibilitem o exercício da faculdade de julgar, a qual se traduz em “avaliar, escolher, decidir” (CFESS, 2003, p. 57).

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, na penitenciária e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003.

A citação supracitada refere-se a qual instrumento técnico-operativo utilizado pelo(a) assistente social no meio sociojurídico?

- a) Perícia social.
- b) Análise documental.
- c) Registro técnico.
- d) Diagnóstico social.
- e) Laudo social.

15ª QUESTÃO

À luz de Gerber (2019), o parecer social elaborado pelo(a) assistente social caracteriza-se como o instrumento em que o(a) profissional. Sobre essa ação, analise as assertivas a seguir.

Fonte: GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

- I- Sugere, unicamente, seu posicionamento técnico sobre uma situação previamente estudada.
- II- Pode apresentar, apenas, encaminhamentos para o enfrentamento da questão analisada.
- III- Emite sua opinião sobre um caso em análise e propõe alternativas para a sua resolução.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) I e II.
- e) III.

16ª QUESTÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) constitui o principal instrumento de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. No que se refere à interface dessa legislação com o Serviço Social do âmbito sociojurídico, analise as assertivas a seguir.

- I- O ECA orienta a atuação do(a) assistente social na elaboração de documentos técnicos, atribuindo menor relevância às ações preventivas e à articulação com o sistema de direitos.
- II- O ECA é adotado pelo(a) assistente social para fundamentar as deliberações no âmbito judicial por meio da elaboração de documentos técnicos.
- III- O ECA prevê princípios e diretrizes para a consolidação de direitos de crianças e adolescentes, e o(a) assistente social atua como articulador(a) da rede de proteção, contribuindo para sua efetivação.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

17ª QUESTÃO

A atuação da equipe interprofissional no âmbito da justiça da infância e da juventude encontra-se prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com base nesse dispositivo, é CORRETO afirmar que a equipe interprofissional:

- a) é composta por assistentes sociais e advogados(as), os quais realizam todos os atendimentos necessários para resolução dos casos acompanhados.
- b) na sua atuação, restringe-se ao cumprimento de determinações judiciais, não podendo realizar estudos ou intervenções por iniciativa técnica.
- c) possui autonomia técnica limitada, devendo seguir estritamente as orientações do magistrado em todas as etapas do trabalho.
- d) realiza atividades de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, atuando sob subordinação à autoridade judiciária, com garantia de autonomia técnica.
- e) age, apenas, em processos de adoção, não participando de outras demandas do campo sociojurídico.

18ª QUESTÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 112, dispõe sobre as medidas socioeducativas para os(as) adolescentes em conflito com a lei. A citada legislação estabelece que, verificada a prática de ato infracional por adolescente, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas:

- a) Conversa com autoridade judicial, acordo entre as partes, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, internação em estabelecimento educacional e detenção em delegacia especializada.
- b) Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.
- c) Obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, detenção em delegacia especializada e internação em estabelecimento educacional e pagamento de multa.
- d) Pagamento de multa, conversa com autoridade judicial, acordo entre as partes envolvidas no caso obrigação de reparar o dano, inserção em regime de semiliberdade e prestação de serviços à comunidade.
- e) Acordo entre as partes envolvidas no caso, advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, internação em estabelecimento educacional e liberdade assistida.

19ª QUESTÃO

Considerando as medidas socioeducativas garantidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as assertivas a seguir:

- I- Sua aplicabilidade deve levar em conta a capacidade de cumprimento do(a) adolescente, as circunstâncias e a gravidade do ato infracional, garantindo proporcionalidade e a individualização da medida socioeducativa.
- II- São instrumentos jurídicos aplicados pela autoridade competente ao(a) adolescente autor(a) de ato infracional, dependendo do acordo com a família para promover sua responsabilização de forma adequada à sua condição de pessoa em desenvolvimento.
- III- Busca a reintegração social do(a) adolescente pela perspectiva, unicamente, punitiva, através de ações que favoreçam o seu acesso a direitos, o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o desenvolvimento de sua autonomia.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) II e III, apenas.

20ª QUESTÃO

Considerando que o(a) assistente social contribui para a efetivação das políticas públicas, destaca-se sua intervenção na atenção à pessoa idosa. Nesse contexto, sobre essa atuação, é CORRETO afirmar que:

- a) o exercício do(a) assistente social realizado com idosos no Brasil continua sendo de cunho caritativo, através de ordens religiosas ou entidades leigas e/ou filantrópicas.
- b) a intervenção do(a) assistente social, frente às demandas com a pessoa idosa, pressupõe uma formação de qualidade, acrítica e pontual na universidade.
- c) o atendimento do(a) assistente social à pessoa idosa prioriza intervenções individuais, dispensando a interação com os serviços da proteção social.
- d) a intervenção do(a) assistente social junto à pessoa idosa ocorre de forma neutra, sem considerar as situações de exclusão dos(as) idosos(as) e as frentes de atuação que interfiram nessa realidade.
- e) o trabalho do(a) assistente social com a pessoa idosa encontra diversos desafios diários, dentre eles o projeto neoliberal, que busca a minimização das ações do Estado na área social.

21ª QUESTÃO

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, amplamente utilizado no exercício dos(as) assistentes sociais na esfera sociojurídica, prevê medidas em favor da pessoa idosa.

Dentre as medidas dispostas nessa legislação, destaca-se:

- I- Direito a acompanhante em tempo integral em internação ou observação, mediante autorização familiar.
- II- Gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos às pessoas idosas a partir de 60 anos.
- III- Prioridade especial aos maiores de 80 anos no atendimento às suas necessidades.
- IV- Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas ao cuidado com a pessoa idosa.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, apenas.

22ª QUESTÃO

Com base na discussão de Melo (2025), acerca da atuação do Serviço Social no campo sociojurídico frente à negligência familiar contra a pessoa idosa, analise as assertivas a seguir.

Fonte: MELO, Susan Laís Bastos de. A atuação do Serviço Social no campo sociojurídico diante da negligência familiar contra pessoas idosas. In: CONGRESSO GERONTO SESC: UM NOVO OLHAR BIOPSISSOCIAL SOBRE O ENVELHECIMENTO, 2025, Recife. *Anais...* Recife, PE: SESC, 2025.

- I- A atuação do(a) assistente social envolve a construção de alternativas de intervenção que separam os fundamentos ético-políticos da profissão da defesa intransigente dos direitos da pessoa idosa.
- II- A intervenção do(a) assistente social limita-se a ações administrativas e burocráticas, cabendo ao(a) profissional propor encaminhamentos ou medidas de viabilização de direitos.
- III- O trabalho do(a) assistente social busca a parceria intersetorial, apenas, com os serviços da assistência social, saúde e da área da cultura.
- IV- Uma estratégia do(a) assistente social importante na defesa dos direitos da pessoa idosa são ações socioeducativas que divulgam garantias, serviços e mecanismos de proteção existentes.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) IV, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II, apenas.

23ª QUESTÃO

No exercício profissional na área sociojurídica, o(a) assistente social também atua como mediador(a) no cumprimento de direitos das pessoas com deficiência, utilizando, dentre outros dispositivos legais, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015.

Sobre essa importante legislação, é possível destacar que:

- I- Assegura e promove, em condições diferenciadas, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e ao pleno exercício da cidadania, por meio de ações assistenciais e políticas específicas.
- II- Fundamenta-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e na Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva.
- III- Considera pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza, exclusivamente, física e mental, o qual, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- IV- Estabelece que, ao tomarem conhecimento de fatos que caracterizem violação de direitos da pessoa com deficiência, juízes e tribunais devem encaminhar peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) IV, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e II, apenas.

24ª QUESTÃO

Na atualidade a luta contra o preconceito de pessoas com deficiência está na pauta da categoria dos(as) assistentes sociais brasileiros, que abraçou como uma de suas bandeiras de luta em seu projeto ético-político o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23).

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do(a) assistente social**. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

Nesse contexto, difundiu-se recentemente no Brasil o seguinte termo, utilizado para designar as formas recorrentes de discriminação que dificultam o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Trata-se do:

- a) rotulismo.
- b) estigmatismo.
- c) capacitismo.
- d) exclusivismo.
- e) segregacionismo.

25ª QUESTÃO

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) representa um importante avanço no arsenal jurídico em favor das pessoas com deficiência. Conforme dispõe o seu artigo 5º, tais pessoas devem ser protegidas de:

- a) negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.
- b) discriminação, assistencialismo, violência psicológica, crueldade, opressão, tratamento desumano ou degradante, inclusão e amparo.
- c) opressão, discriminação, exploração, violência, tortura, cumprimento de direitos, inclusão e tratamento desumano ou degradante.
- d) crueldade, opressão, tratamento desumano ou degradante, respeito, negligência, discriminação, cuidado e dignidade.
- e) violência, negligência, tortura, crueldade, opressão, tratamento humano e digno, inclusão, discriminação e exploração.

26ª QUESTÃO

As políticas públicas no Brasil ocupam espaço privilegiado na pauta dos estudos e debates realizados pelo Serviço Social. Sobre as políticas públicas é possível afirmar que elas:

- I- se constituem como um conjunto de ações, programas e decisões do governo, para melhorias para sociedade que visam à oferta de algum direito para os cidadãos no âmbito municipal, exclusivamente.
- II- se classificam, unicamente, em políticas econômicas, tributárias e fiscais, abrangendo todas as áreas de atuação do Estado.
- III- se destinam a atender às necessidades e demandas específicas de uma sociedade, promovendo aprimoramentos nos setores essenciais, tais como saúde, educação e na qualidade dos serviços públicos.
- IV- se organizam contemplando a política social como um de seus tipos, a qual é voltada à garantia de direitos sociais e ao bem-estar da população.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) III e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I e II, apenas.
- e) IV, apenas.

27ª QUESTÃO

A rede de proteção social, enquanto expressão operacional das políticas públicas, é amplamente utilizada pelo Serviço Social no Judiciário na medida em que ela representa uma:

- I- Organização articulada de instituições, serviços e profissionais que atuam para garantir apoio e resguardar os direitos.
- II- Descentralização do saber, que leva à abertura a novas esferas práticas e teóricas e a interlocuções interdisciplinares e comunitárias que potencializam diferentes formas de entendimento e intervenção.
- III- Proposta cuja organização e construção decorre especificamente das ideias previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto da Pessoa Idosa.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) III apenas.
- b) II e III apenas.
- c) I apenas.
- d) I, II e III.
- e) I e II apenas.

28ª QUESTÃO

Para Souza e Moreira (2016), entre as redes de proteção social destacam-se a rede socioassistencial, a rede intersetorial de reabilitação integral e a rede social pessoal das famílias.

Fonte: SOUZA, Samara Rodrigues de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Pensando sistemicamente sobre as redes de proteção social destinadas às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 16, n. 4, out./dez. 2021.

É CORRETO afirmar que a rede socioassistencial:

- a) supõe a articulação entre as unidades de provisão de serviços sociais, sob a hierarquia de proteção social básica, unicamente, e ainda por níveis de complexidade.
- b) sugere a conexão entre as instituições de ações protetivas, ofertando a proteção básica e especial, mas sem considerar os níveis de complexidade.
- c) inclui as iniciativas de natureza social e assistencial postas em prática pelo conjunto de entidades da sociedade civil.
- d) é constituída pelos diversos atores sociais da iniciativa pública e privada que ofertam serviços, programas e projetos, com o objetivo de efetivar o sistema de proteção social.
- e) representa o conjunto de ações, da iniciativa, exclusivamente, pública, que oferta benefícios, serviços, programas e projetos.

29ª QUESTÃO

A rede intersetorial de reabilitação integral, instituída pelo Decreto 8.725 de 27/04/2016, funciona para oferecer atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. A seu respeito, pode-se destacar que:

- I- suas atividades devem ser executadas de forma descentralizada, priorizando ações setoriais específicas, interdisciplinaridade e participação social.
- II- é composta pelas políticas de saúde, previdência social, trabalho, assistência social, educação, entre outras.
- III- foi criada tendo como objetivo à interlocução e cooperação permanente entre seu conjunto de serviços e ações.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

30ª QUESTÃO

No âmbito das redes de proteção social, a rede social pessoal das famílias configura-se como um componente importante. De acordo com Teixeira (2010), nos anos 1990, “a família surge como personagem focalizado, no centro da cena, não apenas como alvo da ação, mas como o paradigma dominante na intervenção estatal, ou seja, a família está no centro das políticas de proteção social, em especial a de Assistência Social” (p. 542-543).

Fonte: TEIXEIRA, S. M. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de assistência social. **Emancipação**, v. 10, n. 2. Ponta Grossa, 2010. p. 535–549.

Com base nas considerações do citado autor a respeito da categoria família, é CORRETO afirmar que:

- a) a centralidade ocupada pela instituição familiar tem longa tradição e nos indica que a família vem sendo tomada pelo Estado como interlocutora e parceira para o provimento da salvaguarda social, assim, as famílias são consideradas como redes secundárias de resguardo de seus membros.
- b) a família é compreendida como um grupo de pessoas que se acham unidas, exclusivamente, por laços consanguíneos, desconsiderando vínculos afetivos, sociais e jurídicos que também configuram arranjos familiares na contemporaneidade.
- c) a Constituição Federal de 1988 inaugura um novo posicionamento do Estado em relação à família, rompendo com perspectivas discriminatórias e reconhecendo diferentes formas de entidade familiar, como a decorrente da união estável entre homem e mulher.
- d) o núcleo familiar ocupa um papel de destaque nas políticas públicas brasileiras, sendo entendida como núcleo básico fragilizado e de desproteção de seus membros, sendo colocada como parceira do Estado no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.
- e) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, à luz da Constituição Federal, apresenta como direito da criança e do adolescente a convivência familiar, enquanto parte das condições para o asseguramento do seu bem-estar.

31ª QUESTÃO

A intersetorialidade na atuação do Serviço Social proporciona à profissão maneiras de intervenção que valorizam a comunicação entre políticas públicas e serviços. Com base nas reflexões sobre esse tema, é possível afirmar que a intersetorialidade:

- I- pode ser definida como a integração entre áreas e setores diversos, mas, que busca a resolução individual dos problemas sociais.
- II- é considerada como a integração de saberes e experiências tendo em vista o alcance de resultados conjuntos em situações desafiadoras.
- III- não pressupõe uma escuta ativa das famílias, uma vez que não integram a rede de proteção social como público e parte fundamental na construção das ações.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

32ª QUESTÃO

O desenvolvimento de ações intersetoriais constitui uma necessidade presente nas diversas áreas de atuação do Serviço Social. No Judiciário, por exemplo, o acompanhamento de crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional, requer do(a) assistente social a interação com diferentes políticas públicas, dentre elas a assistência social.

Sobre essa interlocução, analise as assertivas a seguir:

- I-** O(a) assistente social do Judiciário, ao acompanhar crianças e adolescentes em acolhimento institucional por situações de violações de direitos, articula-se com os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para fazer, apenas, encaminhamentos pontuais desse público aos equipamentos socioassistenciais.
- II-** Os casos de violação de direitos encaminhados pelo Serviço Social do Judiciário, ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), dispensam a cooperação entre as equipes interprofissionais e os responsáveis pelas instituições.
- III-** A articulação do(a) profissional de Serviço Social do Judiciário com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é fundamental para garantir o acompanhamento das famílias das crianças e adolescentes acompanhados, contribuindo para sua proteção integral.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

33ª QUESTÃO

No exercício profissional do(a) assistente social do Poder Judiciário, as demandas decorrentes de situações que envolvem crianças e adolescentes, pessoas em situação de violência ou usuários(as) com sofrimento psíquico geralmente extrapolam a dimensão jurídica, exigindo respostas que envolvem o campo da saúde. Nesse contexto, o(a) profissional de Serviço Social atua como mediador(a) entre o sistema de justiça e a rede de serviços de saúde, promovendo:

- a) formalização de encaminhamentos administrativos à rede de saúde, sem participação no acompanhamento dos casos.
- b) conexão com a política de saúde para garantir os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- c) atuação de forma pontual e emergencial junto aos serviços de saúde, priorizando respostas imediatas em detrimento da atuação integrada com as demais ações.
- d) articulações intersetoriais, encaminhamentos e o acompanhamento dos(as) usuários(as), com vistas a assegurar a integralidade do atendimento e a materialização de conquistas legais.
- e) realização de ações educativas nos hospitais e ambulatorios, não sendo necessária a interlocução com as demais instituições da política de saúde.

34ª QUESTÃO

Com base na atuação do Serviço Social no Poder Judiciário, especialmente na cooperação intersetorial com o sistema de educação, analise as assertivas a seguir.

- I-** A interlocução do(a) assistente social do Poder Judiciário com o sistema educacional para acompanhar nas unidades educacionais casos complexos de forma colaborativa configura-se como uma estratégia fundamental para a materialização de garantias legais de crianças, adolescentes e suas famílias.
- II-** Mesmo havendo a necessidade de troca de informações, o(a) assistente social do Poder Judiciário não organiza fluxos de atendimento com as secretarias de educação e as instituições escolares, atuando de forma isolada.
- III-** Os documentos técnicos elaborados pelos(as) assistentes sociais que atuam no Poder Judiciário não são utilizados para subsidiar o magistrado com informações relativas ao contexto escolar de crianças e adolescentes.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

35ª QUESTÃO

No âmbito das políticas penais brasileiras, campo de atuação do Serviço Social, destaca-se o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que instituiu o Código Penal como importante marco legal que dispõe sobre as sanções penais e estabelece as respectivas modalidades de pena, classificadas em privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa.

Nos termos do seu art. 43, as penas restritivas de direitos compreendem:

- a) inserção em regime de semiliberdade, reestruturação à família da vítima, Acolhimento institucional, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- b) limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos, liberdade assistida e Prestação pecuniária.
- c) perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, reestruturação à família da vítima e interdição temporária de direitos.
- d) acolhimento institucional, prestação pecuniária, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, liberdade assistida e limitação de fim de semana.
- e) prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas e interdição temporária de direitos.

36ª QUESTÃO

A profissão de Serviço Social atua no âmbito das políticas penais com a finalidade de:

- I- reforçar a cultura punitiva associada à pena privativa de liberdade de reclusão, que pode ser cumprida nos regimes fechado, semiaberto ou aberto, conforme a decisão judicial.
- II- contribuir para a efetivação dos direitos humanos das pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade.
- III- colaborar para que a pena privativa de liberdade cumpra sua finalidade de possibilitar que a pessoa condenada retorne à convivência em sociedade.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

37ª QUESTÃO

À luz do princípio consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), segundo o qual todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, devem agir uns com os outros em espírito de fraternidade, as autoras Faria e Ribeiro (2025), na obra “A proteção dos direitos humanos no sistema penitenciário: desafios e perspectivas”, afirmam que:

- I- A violação dos direitos humanos praticada contra as pessoas privadas de liberdade alimenta a reprodução da violência, a exclusão e a reincidência criminal, impactando a segurança pública e a vida em sociedade.
- II- Os direitos humanos asseguram que a privação de liberdade não limite o direito de ir e vir das pessoas em cumprimento da pena preservando a sua dignidade e direitos fundamentais.
- III- A garantia dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade não é uma regalia, mas uma exigência jurídica e ética.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e II, apenas.

38ª QUESTÃO

No ordenamento jurídico brasileiro, as políticas penais devem observar os princípios previstos na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal, a qual estabelece, entre seus dispositivos, os direitos das pessoas privadas de liberdade.

Nesse sentido, a referida legislação dispõe que:

- a) entre as diversas modalidades que constituem dever do Estado ofertar à pessoa privada de liberdade, está presente o amparo habitacional.
- b) o suporte à saúde da pessoa privada de liberdade, de caráter curativo, é prestado, exclusivamente, por meio de atendimento médico e farmacêutico.
- c) não haverá, em relação à pessoa privada de liberdade, qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.
- d) o sistema prisional é responsável pelo apoio educacional à pessoa privada de liberdade, limitando-se à oferta de instrução escolar.
- e) a assistência religiosa, ainda que assegurada a liberdade de culto, não será prestada às pessoas privadas de liberdade, em razão do caráter laico do Estado.

39ª QUESTÃO

Em relação ao auxílio-reclusão, é CORRETO afirmar que se trata de um benefício:

- a) garantido como direito dos dependentes da pessoa que esteja em sistema prisional em regime aberto como suporte financeiro à família.
- b) concedido à(ao) beneficiário(a) no valor correspondente a um salário mínimo e meio para garantir suporte financeiro adequado.
- c) destinado à família de pessoa que esteja em sistema prisional, mesmo que não seja segurada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- d) ofertado à família de segurado(a) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que esteja privado de liberdade em regime fechado.
- e) pago à própria pessoa que esteja em situação de privação de liberdade, ou seja, o auxílio não é repassado à família.

40ª QUESTÃO

De acordo com Reis, Santana e Santos (2023), o sistema penitenciário conta com uma equipe multiprofissional da qual o(a) assistente social faz parte, desempenhando papel fundamental.

(Fonte: REIS, Flávia Barreto; SANTANA, Selma S. R. de; SANTOS, Alcimar Meirelles dos. Pessoa em privação de liberdade e a atuação da/o assistente social na ressocialização. *Revista Interdisciplinar Científica Cairu*, Salvador, v. IX, n. 9, 2023).

Entre as funções e atribuições do(a) assistente social no cotidiano institucional citadas pelos(as) autores(as), menciona-se:

- a) desenvolver assistência, apenas, às famílias das pessoas privadas de liberdade.
- b) realizar atendimento e acompanhamento social das pessoas privadas de liberdade e de suas famílias.
- c) exercer uma atuação restrita ao atendimento burocrático nos presídios.
- d) contribuir de maneira secundária na integração com as diversas políticas públicas.
- e) orientar às pessoas privadas de liberdade quanto a sua disciplina e conduta.

41ª QUESTÃO

Pode-se apontar como contribuições da atuação profissional do(a) assistente social no sistema prisional junto às pessoas privadas de liberdade:

- I- Mediação com famílias de pessoas privadas de liberdade para seu controle emocional.
- II- Impactos positivos no comportamento das pessoas privadas de liberdade.
- III- Colaboração para a formulação de políticas penais mais disciplinares para o sistema penitenciário.
- IV- Apoio à ressocialização das pessoas privadas de liberdade em seu convívio social.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) IV.
- d) I, II e IV.
- e) III.

42ª QUESTÃO

No exercício do(a) assistente social voltado para atenção às pessoas privadas de liberdade, pode-se destacar como desafios a serem enfrentados pelos(as) profissionais:

- a) refletir sobre a execução do seu trabalho, para sempre estar buscando instrumentos que priorizem, exclusivamente, a paz e harmonia no geral, evitando rebeliões no sistema prisional.
- b) obter conhecimento teórico e técnico acerca da área de intervenção para compreender a situação social do público atendido, intervir de forma ética e com competência profissional.
- c) buscar pensamentos críticos que possam propor mudanças e melhorias no sistema prisional, sempre priorizando, unicamente, o bem-estar do Estado e da sociedade.
- d) criar propostas de trabalho que estejam em sintonia com os princípios da cidadania, da moralidade e da decisão unilateral.
- e) buscar condições de trabalho, mesmo que insuficientes, para que as atividades do Serviço Social não deixem de ser desenvolvidas.

43ª QUESTÃO

Na atuação do(a) assistente social na esfera sociojurídica, a reflexão sobre a ética é de grande relevância. Sobre os fundamentos sócio-históricos da ética, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ética se limita ao cumprimento de normas formais, mas envolve reflexão crítica permanente sobre as consequências das ações profissionais de Serviço Social na sua contribuição para a transformação da realidade social.
- b) A ética não se faz presente em todos os âmbitos da vida humana, mas, apenas, nas profissões, dentre elas a de Serviço Social. Portanto, está presente em todos os seus momentos históricos, que vai do conservadorismo à perspectiva de intenção de ruptura.
- c) A ética, a partir da perspectiva marxista, passou a ser entendida de uma forma histórica, sendo compreendida não apenas como conhecimento ou valores ideais desligados da vida cotidiana, mas como parte integrante da prática social dos homens.
- d) A ética profissional do Serviço Social está fundamentada em valores que defendem a liberdade, a justiça social, a filantropia, a cidadania, os direitos humanos e a preservação das conquistas legais da população.
- e) A ética se realiza concretamente a partir das necessidades surgidas na historicidade dos homens e na objetividade dos fundamentos ético-morais da vida social. Porém, não está presente nas relações políticas, no trabalho, na vida cotidiana, nas relações do homem com a arte e com a filosofia.

44ª QUESTÃO

Nas instituições do campo sociojurídico, a ética se constitui como elemento essencial na atuação do(a) profissional de Serviço Social, na medida que:

- I- as múltiplas manifestações da questão social do contexto do público atendido no sociojurídico necessitam de decisões profissionais pautadas no compromisso com o resguardo das garantias dos(as) usuários(as).
- II- o(a) profissional de Serviço Social das instituições do campo sociojurídico se depara cotidianamente com realidades de conflito e requisições institucionais que podem gerar dilemas éticos.
- III- o exercício do(a) assistente social, diante das demandas do campo sociojurídico, deve estar fundamentado em princípios como divulgação de direitos humanos e admissão do arbítrio e autoritarismo.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

45ª QUESTÃO

Na atualidade, a ética profissional no Serviço Social está fundamentada no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, o qual segundo Barroco e Terra (2012):

(Fonte: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012).

- a) organiza-se em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas.
- b) é expressão das conquistas e ganhos, através da negação da base filosófica tradicional que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do(a) técnico(a), não mais um(a) agente subalterno(a) e apenas executivo(a), mas um(a) profissional competente teórica, técnica e politicamente.
- c) apoia-se nos pressupostos do neotomismo – base da Doutrina Social da Igreja Católica e da teoria positivista, ambas de referências tradicionais e advindas da herança conservadora do Serviço Social brasileiro.
- d) descaracterizou a tendência legalista do Código de Ética anterior, politizando a sua natureza de documento construído coletivamente pela categoria profissional por meio de entidades representativas da categoria.
- e) reconhece a liberdade, submissão, dominação e limitação dos indivíduos sociais como valores éticos centrais e um conjunto de princípios e valores que orientam o trabalho profissional no seu exercício diário com os(as) usuários(as) dos serviços.

46ª QUESTÃO

No que se refere à função do Código de Ética Profissional na atuação do(a) assistente social na área sociojurídica, é CORRETO afirmar que ele:

- a) favorece a postura do(a) assistente social pautada nos princípios normativos de referência da categoria.
- b) defende os princípios éticos e a imposição no exercício profissional.
- c) permite o compartilhamento de informações sigilosas sempre que considerado necessário.
- d) orienta a atuação profissional a conciliar interesses institucionais e demandas dos(as) usuários(as).
- e) defende a autonomia dos sujeitos, desde que compatível com os limites estabelecidos pelas instituições.

47ª QUESTÃO

O atual Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social dá respaldo ao sigilo profissional, apresentando em seu texto:

- I- o conteúdo em dois capítulos sobre a temática do sigilo profissional dos(as) assistentes sociais.
- II- o assecuramento do sigilo profissional como direito e dever do(a) profissional de Serviço Social.
- III- a garantia de que a revelação do que lhe foi confidenciado será feita dentro do estritamente necessário.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

48ª QUESTÃO

No exercício profissional do(a) assistente social, o sigilo profissional contribui para a preservação da dignidade das pessoas atendidas uma vez que exige a adoção de condutas éticas e responsáveis. Acerca desse tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A escuta dos(as) usuários(as) deve ser confidencial, ocorrendo em local compartilhado.
- b) Os prontuários devem ter tratamento sigiloso, mas há uma abertura quando se necessita das informações.
- c) Os relatórios devem ser privados, porém todas as informações podem ser socializadas com a equipe.
- d) Os atendimentos devem ocorrer em locais reservados, que impeçam a escuta de terceiros.
- e) O sigilo deve ser absoluto, não podendo ser quebrado, mesmo em situações de risco de morte e violência.

49ª QUESTÃO

Pode-se destacar como contribuições do Código de Ética de 1993 na atuação do(a) assistente social no âmbito sociojurídico:

- I- Orientação ao(à) assistente social para resguardar o(a) usuário(a), limitando seus pareceres e laudos técnicos ao estritamente necessário e recusando-se a quebrar o sigilo, salvo em situações extremas.
- II- Direcionamento da atuação profissional para a concretização de direitos sociais e a emancipação humana dos sujeitos, observados os limites definidos pela instituição.
- III- Garantia de autonomia na emissão de pareceres e proibição que outros profissionais interfiram na análise técnica e nas atribuições exclusivas do Serviço Social.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II apenas.
- b) I apenas.
- c) I e III apenas.
- d) I, II e III.
- e) III apenas.

50ª QUESTÃO

Ao analisar a atuação dos(as) assistentes sociais no campo sociojurídico, particularmente no Poder Judiciário, Fávero (2018), na obra “Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos”, evidencia alguns desafios para o cumprimento dos princípios do atual Código de Ética do(a) Assistente Social, dentre eles:

Fonte: FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.

- I- a ausência da necessidade da ação política profissional coletiva diante das demandas institucionais.
- II- a oposição a tendências regressivas materializadas em proposições e marcos legais.
- III- a construção de uma postura interventiva para atuar com agilidade nas facetas da questão social.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.